

A BIBLIOTECA PÚBLICA NA (RE) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

PUBLIC LIBRARY IN THE (RE) CONSTRUCTION OF BLACK IDENTITY

Francilene do Carmo CARDOSO

Universidade Federal Fluminense

negafranci@yahoo.com.br

Nanci Gonçalves da Nóbrega

Universidade Federal Fluminense

n2g1@superig.com.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é realizar algumas reflexões a partir de uma experiência em Biblioteca Pública no Maranhão, quando se constatou a insuficiência de materiais informacionais representativos da memória histórica dos afro-brasileiros na coleção, procurando compreender os motivos e as conseqüências desta ausência. A memória aqui é entendida como uma construção social, e a contribuição de Maurice Halbwachs (1990) será nosso ponto de partida. A memória oferece um contexto de atribuição de sentidos para o reconhecimento da diferença, assim a reflexão sobre memória será conduzida no domínio da categoria silêncio e sua política, o silenciamento, tendo como aporte o estudo de Eni Olandi (2007) na reflexão sobre o processo de construção de identidades. As narrativas orais através dos relatos de experiências via oralidade rejeitam o silêncio e nos mostram que a história contada pode ser outra. Assim, apresenta-se uma breve discussão sobre as funções das narrativas orais da tradição pensando como estas podem ser incluídas nos estudos do campo da Ciência da Informação, particularmente na área de Desenvolvimento de Coleções. Para tanto, torna-se necessário analisar algumas das abordagens da Ciência da Informação e de seu suposto objeto a partir das narrativas hegemônicas da área apresentando uma abordagem contemporânea que possibilite pensar esta atividade com outras fontes não impressas tendo a ação cultural como bússola. A biblioteca pública pode incluir as narrativas orais afrobrasileiras quando das ações culturais para tornar viável o desenvolvimento de coleções, exercendo de fato a relação informação, cultura e sociedade. Para tanto, o profissional da informação/bibliotecário precisa estar atento às práticas que desenvolvem no ambiente das bibliotecas, voltando suas ações para a abertura de caminhos que contemplem outras formas de desenvolvê-las, cumprindo o pretensão papel da biblioteca pública de ser “tudo para todos”, isto é, para que de fato se torne democrática.

Palavras-chave

Biblioteca Pública. Desenvolvimento de Coleções. Memória. Identidade negra. Narrativas orais. Negros na Literatura Infantil e Juvenil. Ação cultural.

Abstract

The objective of this paper is to make some reflections upon an issue raised from a research fieldwork experience in the Public Library of São Luis of Maranhão: a lackness in the collection about information materials representative of Afro-Brazilian historical memory. We try to understand the reasons and the consequences of this lackness. Memory is here understood as a social construction starting from Maurice Halbwachs (1990) contribution. Memory allows the attribution of meanings for the recognition of difference, so that the

reflection about memory will be established in the domain of the category of silence and its politics, silencing, starting from the study of Eni Orlandi (2007) about the construction of identity. Oral narratives, through oral account of experiences, reject silence and show us that told history could be another one. Therefore, it is presented a brief discussion upon the functions of traditional oral narratives thinking about how these could be part of Information Science studies, in particular in Collection Development area. Thus, it is necessary to analyze some of the Information Science hegemonic approaches and its supposed object, presenting another approach which includes not impressed sources, taking cultural action as a compass. Public library can include afrobrasilian oral narratives through cultural action as to make viable a collection development that expresses indeed the relation between information, culture and society. For this to happen, information/librarian professional needs to pay attention to his practices within libraries, focusing in actions that may open ways that allow to fulfill the supposed role of public library, to be all for everybody, i.e. to become indeed democratic.

Key-words

Public Library. Collection Development. Memory. Black Identity. Oral Narratives. Blacks in infant-youth literature.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado da pesquisa de mestrado ***A Biblioteca Pública na (re) construção da identidade negra***, aprovada em abril do corrente ano pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense cujo objetivo foi realizar algumas reflexões a partir de uma experiência em oficina de práticas leitoras com Literatura Infantil e Juvenil (LIJ) constante no acervo em Biblioteca Pública no Maranhão, Estado com população majoritariamente negra, quando se constatou a insuficiência de materiais informacionais representativos da memória histórica dos afro-brasileiros na coleção.

Nesse sentido, este trabalho se refere à indagação sobre a existência de uma política de silenciamento na biblioteca pública do Maranhão que deslegitima a herança negra como constituidora da memória/história do país, ao mesmo tempo refletindo sobre o aporte da informação e da memória para uma possível transformação desta realidade.

Primeiramente procuramos verificar como tem sido contada a história oficial sobre a população negra brasileira que figurava em livros do acervo da biblioteca pública do Maranhão quando da nossa experiência no ano de 2007. Depois fizemos nossa leitura desse fato buscando refletir sobre o que motivou o silenciamento da memória/história da população negra na sociedade brasileira e na biblioteca pública a partir das categorias Memória, História e Silêncio, e, refletimos também a importância das narrativas orais da

tradição no processo de comunicação da informação e na possível recuperação da memória da população negra; para tanto, se analisam as bases epistemológicas da Ciência da Informação para compreender de que maneira podemos pensar as narrativas orais neste campo.

A Ciência da Informação (CI) restringe o trabalho com as narrativas orais, contudo, ao se preocupar com a recuperação e a organização da informação, permite a reflexão sobre o trabalho de Desenvolvimento de Coleções com narrativas orais. Isso foi feito a partir dos textos teóricos da Biblioteconomia, que versam sobre Desenvolvimento de Coleções, mas também considerando a experiência na biblioteca pública do Maranhão quando foi discutida a necessidade de pensar uma nova abordagem para o desenvolvimento de coleções que tenha a ação cultural como bússola.

2 A MEMÓRIA HISTÓRICA AFROBRASILEIRA NA BIBLIOTECA PÚBLICA NO MARANHÃO

A história oficial enaltece os homens reconhecidos vitoriosos, esquecendo que por detrás destes existe o trabalho de outros homens sem os quais a história oficial não poderia acontecer. Esta história oficial foi sendo construída a partir de meias verdades, operando com silêncios, apagamentos, censuras. Silêncio que serve para consolidar histórias já contadas e formar novas histórias oficiais.

Cardoso (2008) verificou como tem sido contada a história oficial da população negra brasileira que figuram em livros do acervo da biblioteca Infanto-juvenil “Viriato Corrêa” (BIJVC), anexo da Biblioteca Pública Benedito Leite no Maranhão (BPBL).

A pesquisa mencionada foi realizada a partir do levantamento dos livros de LIJ, tendo em vista o pressuposto de que esses livros se constituem veiculadores de estereótipos, muitas vezes negativos em relação ao negro, através de seus textos e ilustrações; porém, através das práticas do bibliotecário podem se constituir, também, em ferramentas para a construção positiva da identidade negra.

Pesquisas acerca da representação do negro na literatura infantil (ROSEMBERG, 1985; SOUZA, 2003), concluíram que a situação social do negro representada nos livros é inferior à do branco; o negro aparece em situações subalternas, ligados à pobreza, contribuindo para a criação de estereótipos, padrões de reprodução de valores e atuando na construção de ideologias (ROSEMBERG, 1985).

Na BIJVC, foi encontrado um número grande de livros cujos conteúdos e ilustrações do personagem negro estavam ligadas à pobreza. Para Silva (2001, p. 22),

De um modo geral, o negro é representado nas ilustrações e descrito como pobre, uma vez que é descrito como esfarrapado, morando em casebres, pedinte ou marginal. Por outro lado, o livro responsabiliza o indivíduo por seu estado de pobreza quando apenas o descreve como pobre, sem propor uma discussão sobre as causas da pobreza.

Saudade da Vila de Luiz Galdino é um exemplo desses livros. Identificou-se na ilustração e texto do livro *Xisto e Xepa* de Cristina Porto da *Coleção assim ou assado?* que o personagem negro Xisto exerce a função menor de engraxate e sua avó é vendedora de frutas. Além, os personagens têm suas características físicas enfatizadas, sendo apresentadas de forma exagerada, grotesca. Outra representação grotesca está presente na obra *Geografia de Dona Benta* de Monteiro Lobato em que a imagem da Tia Nastácia aparece diretamente alinhada a do animal.

O negro vinculado a escravidão é comum em muitos dos livros, sejam eles didáticos ou literários. Para Lima (2001, p.98) essas histórias são “mantenedoras da marca da condição de inferiorizados pela qual a humanidade negra passou”. E ainda que:

O problema não está em contar histórias de escravos, mas na abordagem do tema. Geralmente, a queixa das crianças negras se sentirem constrangidas frente ao espelho de uma degradação histórica nos alerta que o mesmo mecanismo ensina para a não-negra uma superioridade. A narrativa visual, mais contundentemente apresenta uma dominação unilateral, onde o domínio dos que escravizam parece total em narrativas sentimentais - diferentemente do modelo americano na sua fase politicamente correta, por exemplo, onde os personagens negros escravizados discutem explicitamente direitos civis. (LIMA, 2001, p. 99).

Destacamos ainda nos livros encontrados na biblioteca, o clássico *O Negrinho do pastoreio* de Hardy Guedes e *O amigo do rei* de Ruth Rocha. No primeiro observa-se um personagem negro pejorado como perdedor na postura de escravo e amarrado a um tronco de uma árvore, negando-se com essa atitude a cidadania da criança negra. O segundo livro narra a história de Matias, um menino negro escravo de loiô, filho do fazendeiro. Matias é levado a fugir para um quilombo onde, ao chegar lá, é tratado como um rei. No desenrolar da história, o personagem negro aparece subjugado aos pés de loiô, acostumado a apanhar, sem atitude e, ainda, o livro apresenta um imaginário do continente africano vinculado ao selvagem, fazendo referência somente às savanas.

Os exemplos descritos acima mostram o tratamento diferenciado que normalmente é dado aos negros e as negras nos livros de literatura infanto-juvenil, uma padronização de pessoas negras e comportamentos. Esses livros que contêm conteúdos e imagens estereotipadas dos negros, disponíveis na biblioteca e não trabalhados de forma crítica podem contribuir para que a criança negra desenvolva um processo de auto-rejeição e de rejeição de seu grupo étnico/racial. (FERREIRA, 2004).

A identidade é construída socialmente no dia-a-dia, através das relações estabelecidas entre as pessoas e o meio em que estão inseridas. Nenhuma identidade é construída no isolamento, ao contrário, é negociada durante a vida toda através do diálogo aberto com o mundo interior de cada um e a forma e como este estabelece relação com o mundo exterior. (ALGARVE, 2005).

Assim se dá todo processo identitário; a identidade negra, enquanto identidade social, assim como as identidades de classe, de gênero, de sexo, é considerada “uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos de um grupo étnico/racial, sobre si mesmo a partir da relação com o outro” (GOMES, 2005, p. 63). Contudo, a identidade negra precisa ser entendida também no sentido político, como “uma tomada de consciência de um segmento étnico/racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu econômica e também culturalmente em todos os tempos na história do Brasil.” (MUNANGA, 1994, p. 187).

A desconstrução das ideologias veiculadas pelos estereótipos encontrados nesses livros tem como pressuposto básico o reconhecimento da contribuição da população negra que se deu em todos os âmbitos (político, econômico e cultural) na sociedade brasileira. Para além de discutir se estes escritores eram ou não racistas, entendemos que eles são homens e mulheres da sua época e não se devem censurar estes livros: retirá-los das bibliotecas públicas e escolares, da cultura brasileira, seria negar nosso passado e o passado do Brasil não foi um mundo de maravilhas, existiram invasões, massacres, práticas racistas, etc.

Estes materiais precisam ser trabalhados em um contexto, pois, lembrar o passado não é retomar atitudes do passado, mas apreender do passado para reinterpretar o futuro, como diz Chauí na apresentação do livro de Bosi (1994, p. 20): “[...] lembrar não é reviver,

mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição”.

Nós profissionais da informação/bibliotecários precisamos saber lidar com as questões políticas e sociais de gênero, étnico/racial. Quantos de nós conhecemos a Lei 10.639/2003 que instituiu o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas do ensino fundamental e médio? Como temos trabalhado para sua implementação? Foi a partir dessa necessidade que foi desenvolvido no ano de 2007 o Projeto Consciência Negra (PCN) na BPBL.

O PCN objetivou comemorar o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, com atividades que congregassem informação, cultura, lazer e práticas pedagógicas de maneira a estimular o conhecimento da diversidade cultural do Brasil, particularmente da cultura afrobrasileira fomentando aos usuários o gosto pela leitura e pela pesquisa, se constituindo numa possibilidade de ressignificar a história de luta e de resistência dos negros.

Contudo, conteúdos e imagens de estigmatização ainda circulavam pela BIJVC reproduzindo sentidos negativos e silêncios sobre o negro, necessitando atenção por parte dos profissionais da informação/bibliotecários como forma de não contribuir para a manutenção do preconceito e da discriminação nas relações sociais. Por isso, foi preciso reavaliar os conceitos de memória e informação bem como a prática profissional do bibliotecário de selecionador de coleções.

3 MEMÓRIA, HISTÓRIA E SILÊNCIO

Para compreender o que é memória precisamos primeiro entender o que ela não é, e se tem algo que memória não é, é história. Para desenvolver este argumento nos aportaremos principalmente dos estudos do historiador francês Pierre Nora, especificamente no artigo *Entre Memória e História: a problemática dos lugares* do ano de 1984 e publicado no Brasil em 1993, em que o autor estabelece uma distinção destas categorias.

De acordo com Nora (1993), memória e história *não* são sinônimos,

A memória é a vida, sempre levada por grupos vivos e, por isso mesmo, está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível a longas latências e a revitalizações

repentinas. A *história* é construção sempre problemática e incompleta do que já não existe. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido com o presente eterno; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória só se acomoda por detalhes que confortam; ela se nutre de lembranças fluidas, que se interpenetram, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, é sensível a todas as transferências, filtros, censuras ou projeções. A história, porque é uma operação intelectual e laicisante, reclama análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história daí a desaloja, torna-a sempre prosaica. A memória surge de um grupo que ela solda, o que significa dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quanto grupos; que ela é, por natureza, múltipla e multiplicada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá a vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, e no objeto. A história agarra-se apenas às continuidades temporais, às evoluções e às relações entre as coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 3, grifo nosso).

Como podemos observar após esta longa citação, é imprópria qualquer coincidência entre memória e história. Entretanto, esses conceitos foram equalizados por algumas sociedades preocupadas em marcar sua trajetória e registrar suas marcas.

Para Le Goff (2005) nas sociedades ocidentais na fase antiga da memória predominaria a memória oral, considerada um dom para a transmissão das narrativas através dos mitos de origem, etc. No primeiro momento destas narrativas, cada vez que uma história era contada ela era recriada. Posteriormente, o narrador abandona o caráter mítico das histórias, criando narrativas desvinculadas da memória. Essa história muito utilitária e prática passa a ser responsável por dizer a “verdade” terrena, como reconstrução verificável do passado. A historiografia (como registro escrito da história e não a ciência histórica, que é posterior) passa a estabelecer uma cronologia, ou seja, a dizer o que vem antes e depois, a fazer genealogias de cidades, de países; e a memória, ainda vai ser guardiã de uma tradição perdida no tempo, com função de alimentar a identidade coletiva.

Na Idade Média a memória deixa de ser coletiva e passa a ser individual e torna-se uma questão política, representando mais uma questão litúrgica entendida como aquilo que faz com que o sujeito aprenda, armazene e recorde informação, com função de religação do indivíduo com Deus (LE GOFF, 2005). Do Renascimento ao século XVIII é preciso se afastar do passado e se voltar para o futuro. A memória ocidental é revolucionada pela imprensa e a memória natural involuntária é rejeitada. A história passa a criar narrativas, mas tem compromisso com a verificação; ela tenta recuperar a vida cotidiana, mas é problemática e

precisa de documentos, artefatos; a memória não, tanto a memória individual quanto a memória coletiva tem na oralidade o seu veículo.

A memória individual muda, ela não é fixa, de acordo com o que vivemos, com nossas experiências, basta observar cada vez que nos lembramos de alguma coisa, se estamos de mau humor, lembramos de um fato de uma maneira diferente de quando estamos bom humorados. A memória é voluntária, como um arquivo permanente em que, quando precisamos, vamos lá recuperá-la, mas também é involuntária quando, por exemplo, mesmo sem querer sentimos o cheiro da comida de nossa mãe.

A memória fornece “quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para o intercâmbio social” (MENESES, 1992, p.22). Assim, ela pode mudar o passado para compensar o presente; a memória faz isso o tempo inteiro. Ela é individual, mas também é coletiva, construída socialmente, isto é, depende das relações sociais (familiares, escolares, profissionais, etc), como analisou o sociólogo francês Maurice Halbwachs em seu livro *Memória coletiva* de 1900.

Outra contribuição que merece destaque é a do francês Michael Pollak (1989), que entende memória como uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar. [...] [a memória] se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais” (POLLAK, 1992, p.9). Pollak (1992) caracteriza a memória como seletiva, organizada em função das preocupações pessoais e políticas do momento “todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político”, chegando à conclusão de que a memória é um fenômeno construído em todos os níveis, social e individualmente, e que “quando se trata da memória herdada, podemos dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre memória e o sentimento de identidade” (Pollak, 1992, p. 5).

Para Nora (1993), os Estados e os meios políticos são criadores da memória coletiva e os arquivos são criados em função dos usos que aqueles fazem. As comemorações, os arquivos, os museus, as bibliotecas, os cemitérios são o que o autor denomina de *lugares de memória*. Segundo ele, nossa sociedade criou lugares de memória porque já não existem mais os meios de memória em que ela era vivenciada. Nesse sentido, e a partir das distinções apresentadas acima, podemos nomear estas instituições de lugares de história, já que não são revestidos de afetividade para muitos.

Enfim, tanto a memória quanto a história são construções históricas. Contudo, a memória tem como suporte os grupos sociais, é elaborada e selecionada a partir das problemáticas do presente; precisa ser reavivada através da experiência, dos mitos, não busca coesão, o que indica que várias memórias coletivas podem existir ao mesmo tempo; já a história é administração do passado, de seu sentido, operação cognitiva, unificada, integradora e silenciadora de conflitos. Ambas têm sua importância. Entretanto, por muito tempo procuraram retirar a importância da memória para qual está voltado este estudo, aquela que faz parte do nosso cotidiano, que está nas lembranças dos sujeitos, que é transmitida e alimentada pela via oral, que é portadora de força e que constrói e vitaliza o mundo.

3.1 Memória, esquecimento e silêncio

O silêncio foi objeto de estudo da analista do discurso Eni Orlandi (2007) em seu livro *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. De acordo com a autora, o silêncio é constitutivo da linguagem, mesmo que não seja possível percebê-lo, a não ser através da sua contradição constitutiva. Ele é “a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva: a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa.” (ORLANDI, 2007, p.27).

A leitura da autora nos possibilita a compreensão de que na História há informações que foram ignoradas, isto é, houve um recorte entre o que se diz e o que não se diz no momento da transmissão, sendo exercida uma política do silêncio, o *silenciamento* que “se define pelo fato de que ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis [...]” (ORLANDI, 2007, p.73).

[...] se diz “x” para não dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos [...] (ORLANDI, 2007, p.73).

Nesse sentido, a memória não perde informações, mas elas são ignoradas, sendo fruto de conflitos na luta pelo poder do que lembrar e esquecer, pois como disse Le Goff “se tornar senhor da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes,

dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades de histórias. (LE GOFF, 1984, p.13).

O silenciamento das memórias, das identidades, das lutas e das resistências da população negra, fez com que se conheça apenas uma única história do negro que corresponde à versão euro-ocidental, e o perigo da história única é que ela “[...] cria estereótipos e o problema dos estereótipos não é eles serem mentira, mas eles serem incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história. [...] [A história única] rouba as pessoas de sua dignidade. Torna difícil o reconhecimento de nossa humanidade comum” (ADICHIE, 2009).

O reflexo dessa prática de silenciamento é a retirada do direito de todos os brasileiros de afirmar e se ver representados nos valores, saberes e tradições africanas e afro-brasileiras, como ocorreu também com a memória indígena, mas é preciso reavivar estas memórias das quais todos participam. Essa é uma função das narrativas orais que através dos relatos de experiências via oralidade rejeita o silêncio e nos mostra que a história contada pode ser outra.

4 NARRATIVAS ORAIS DA TRADIÇÃO

As narrativas atualmente têm sido tema de vários campos de estudo, na psicologia, na história, na literatura, dentre outros. Na psicologia analítica junguiana, Clarissa Pinkola Estés (1994) no livro *Mulheres que correm com lobos: mitos e história da mulher selvagem*, diz que contar história faz parte da alma humana e os narradores são guardiões das histórias.

Segundo Estés (1994, p. 343), trabalhar com narrativas orais é trabalhar com energias “arquetípicas”. Arquétipo para a autora é como alma, energia, uma força dinâmica, que é estrutural e estruturante, algo que já possuímos dentro de nós, similar à eletricidade que pode trazer animação e iluminação, porém na hora e no lugar errado, como qualquer medicamento, pode trazer efeitos indesejados.

Estudando o arquétipo da mulher selvagem a autora o considera em extinção devido ao dismantelamento estrutural dos contos que tratam de sexualidade, casamento, parto, morte ou qualquer outro tema relacionado com o feminino. Todavia, é possível que a força arquetípica escondida volte à tona por intermédio daquilo que a autora chama de “escavações psíquicas arqueológicas”. É a partir das escavações psíquicas que é possível

revelar as estruturas subjacentes que podem sanar a tristeza das mulheres. Ainda segundo a autora, nas narrativas, nos contos de fada, nos mitos dos lugares é onde aparece o núcleo da psique e, envolvido com o lúdico, são como “bálsamos medicinais” que tratam da alma de cada indivíduo, e também de sua coletividade.

Estés é psiquiatra e fala deste lugar, sua intenção é a cura. Ela se refere de um tempo em que a mulher e sua alma estavam ligadas com a natureza, essa é a mulher selvagem, não esta mulher moderna. O que ela está querendo chamar atenção é para o fato de que através da linguagem, da palavra, pode aparecer o invisível, ou seja, aquilo que está dentro de nós. A palavra, diz Estés “[...] pode ser entendida como uma necessidade positiva, um grande prazer terapêutico e uma presença revitalizante” (ESTÉS, 1994, p. 14).

Outra referência importante para compreendermos a função das narrativas orais da tradição é a do historiador Wladimir Propp (1984) em seu estudo *A morfologia do conto maravilhoso*, um dos primeiros estudos sobre narrativas, que data do século 20. Propp é um folclorista russo, entende os estudos do folclore como uma disciplina histórica e mostra o que aconteceu com as novas narrativas desde que o homem nômade passou a se fixar.

Para ele, as narrativas históricas mudaram, mas apenas de forma, sua essência ficou. O autor buscava, então, em seu estudo, os indícios, os vestígios, as raízes históricas das narrativas, analisando a permanência das formas simples do conto maravilhoso para determinar as constantes e variantes dos contos, comparando suas estruturas e sistemas.

Para o autor, morfologicamente, as narrativas da tradição, apresentam estruturalmente início, meio e fim. O início se constitui num estado de estabilização e o tempo e os lugares da narrativa são diferentes das do leitor-ouvinte. A história se desenvolve com seus personagens e o ouvinte é transportado para lá, levado a pensar sua realidade. Esta seria a função social do conto maravilhoso, uma vez que ele não é apenas a narração de um fato; mais que isso, nos contos estão agregados aspectos históricos, sociais e culturais.

Sendo assim, não estaríamos falando de patrimônio cultural? A narrativa oral como patrimônio cultural imaterial é fundamental na construção do sujeito - quem não conhece sua história, seu passado não tem um futuro. Ela é importante, pois é uma experiência existencial a partir de uma tradição que nasce da memória e da troca de experiências.

A experiência para Walter Benjamim (1996) é o que mantém vivo o ofício do narrador: “transmitida oralmente é a fonte na qual têm bebido todos os narradores e, entre

os que escreveram suas histórias, os grandes narradores são aqueles cujo texto se separa menos das palavras dos inumeráveis narradores anônimos”. O narrador, assim, pode ser tanto aquele sujeito que vem de longe (marinheiro comerciante) quanto àquele que vive sem sair do seu lugar de origem, conhecedor da tradição (camponês solitário).

Crítico do progresso próprio da modernidade e da técnica, Benjamim aponta que a narrativa está sendo realizada com dificuldade na sociedade atual e que a criação do romance e da informação (jornalística) na sociedade, provocou a privatização da vida e alienou o homem. Segundo o autor, a informação jornalística é incompatível com a narrativa oral que prima pela livre interpretação pelo leitor, diferentemente da informação que só tem valor quando é nova, isto é, ela perde seu valor quando se tem conhecimento dela. Dessa maneira, é extinta a experiência e, conseqüentemente, o narrador.

Na reflexão sobre o fracasso da experiência e a arte de narrar, Benjamin conclui que é preciso uma nova forma de contar história, “como a de Nikolai”, uma forma natural, surgida coletivamente, artesanal. O que defende Benjamin é que se a arte de narrar está em extinção porque a experiência já não existe na sociedade capitalista, resta construir outra narrativa, dos ossos, dos vestígios, daquilo que foi deixado de lado por ser considerado sem sentido e sem importância. Aquilo que a história oficial relegou ao silêncio.

A humanidade vem se constituindo de experiências, formas de produção de sentido através da palavra. É importante ressaltar que a oralidade possui função de suporte de história, como memória coletiva. Deste modo, a oralidade tem sua função nos processos de construção e constituição da informação e do conhecimento. Contudo, a CI estabelece restrições no seu trabalho com as narrativas em que o suporte é o indivíduo, esta vem trabalhando apenas com as narrativas registradas em suporte impressos. Diante desse quadro, de que maneira podemos pensar o desenvolvimento de coleções que incorpore as narrativas orais da tradição africana na biblioteca, contribuindo para a (re) construção da identidade negra?

5 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO

Algumas das primeiras narrativas sobre Ciência da Informação demonstram que esta ciência nasceu interdisciplinar, voltada para a organização e a recuperação da informação registrada tendo as tecnologias da informação e comunicação como importantes aliados para o acesso (Borko (1968); Saracevic (1996); Le Coadic (2004)).

De acordo com essas narrativas hegemônicas, que orientam o fazer de instituições e profissionais da informação no mundo, o suposto objeto da CI, a informação, é algo objetivo, tangível e externo ao usuário. Para Belkin (1980) informação é o que é capaz de mudar as estruturas, capaz de mudar consciências humanas, conhecimento e processo, passível de transformar as estruturas.

Buckland (1991) apresenta três maneiras de utilizar a palavra informação: 1) Informação como processo: o ato de informar; 2) Informação como conhecimento: o conhecimento comunicado a respeito de algo; 3) Informação como coisa: dados, objetos, documentos e a define como processo ou conhecimento, ligado ao sentido de informação, como redução de incerteza [ou seria a causa delas?], voltando-se para sua natureza tangível, como suporte. O autor separa, ainda, a informação como processo mental do processamento da informação, sendo o primeiro, dependente da conexão cognitiva do indivíduo que utiliza dados de sua experiência e de fontes documentais para atribuir sentido e gerar informação, desconsiderando os sujeitos e os processos sócio-culturais envolvidos no processo informativo.

É importante colocar que tanto a abordagem de Bukland (1991), informação como coisa (materialidade da informação, informação enquanto documento), como a de Belkin (1980) ainda são muito utilizadas na CI devido ao fato dessa ciência trabalhar a informação vinculada a um suporte físico.

A informação é objeto de interesse de diversas áreas, daí a dificuldade de uma definição. Seu conceito vem sendo modificado. Para outra corrente, a informação é entendida como um processo cognitivo baseado em processos mentais dos indivíduos (Brookes, 1984; Belkin, 1980; Wersig, 1975, 1993). Em contraposição à abordagem cognitiva, autores como Capurro (2003), Frohmann (1985) e Hjørland, Albrechtsen (1995) acreditam numa abordagem mais voltada para o contexto sócio-cultural dos indivíduos, considerando que o usuário não é uma “tábula rasa”, mas, como ser social, é dotado de “bagagem cultural-informacional”, assim, valorizam essa dimensão subjetiva para traçar os sistemas de recuperação e disseminação da informação.

Com preocupações voltadas para o interesse do usuário ou da comunidade, nessa última abordagem, o conhecimento é entendido como resultado da interação do sujeito com o meio, e o usuário é considerado parte principal no processo de comunicação da informação. Para Capurro (2003), "só tem sentido falar de conhecimento como informativo

em relação a um pressuposto conhecido e compartilhado com outros, com respeito ao qual a informação pode ter o caráter de ser nova e relevante para um grupo ou para um indivíduo". (CAPURRO, 2003, p. 8).

No intermédio da abordagem física e social forjaram-se também importantes debates sobre a distinção entre conhecimento, seu registro em documentos e sobre a real finalidade da CI na recuperação do conteúdo dos documentos, levantados respectivamente por Paul Otlet e Vaner Va Bush. Otlet é considerado um dos fundadores da CI e da Documentação; sua importante contribuição pode ser encontrada no seu livro *Traité de Documentation*, publicado no ano de 1934, sobre o armazenamento e a recuperação da informação no contexto da comunicação científica.

Com o foco voltado para o conteúdo dos materiais informacionais, Otlet desenvolve o conceito de documentação que segundo ele é a organização do conjunto de documentos com função de documentar, e o documento passa a ser qualquer representação ou expressão de um objeto, um fato, etc. Documento seria o meio para se adquirir e produzir conhecimento, diz respeito a todas as produções humanas, "é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica. (OTLET, 1937, p.1).

O conhecimento é construído socialmente, na relação do sujeito com o mundo dessa maneira que construímos nosso conhecimento. Os sujeitos não são seres passivos, vazios, eles possuem conhecimentos prévios, mas também vão construindo-o coletivamente. São eles quem irão determinar o que é ou não informação.

Vejamos, por exemplo, uma palestra, um debate ou uma conferência com Pai Euclides (importante representante do Candomblé e do Tambor de Mina do Maranhão): nela, nosso estado de conhecimento pode mudar naquele mesmo momento em que o palestrante nos apresenta seu conhecimento sobre o tema. Entretanto, se não estamos presentes na palestra e posteriormente acessamos um registro desse fato, de acordo com o nível de interesse e de conhecimento do ouvinte sobre o tema, será mais difícil apreender essa informação.

Sem embargo, na CI hegemônica, se essa informação não for registrada ela não é do interesse dos profissionais da informação/bibliotecários. Seu objeto de reflexão e de trabalho é a informação científica, registrada; a ação cultural, as narrativas orais, por

exemplo, pouco importam. Mas, é preciso, como diz Menou (1996), uma “africanização” na CI, ou seja, uma adaptação dos conteúdos curriculares de Biblioteconomia e CI ao contexto sociocultural no qual os profissionais da informação terão que operar, uma CI que trabalhe com informação científica registrada, mas também com narrativas orais e demais ações que tenham a oralidade como forma de transmissão de conhecimento.

Francisco Oswaldo Almeida Junior (2008) vem apresentado uma possibilidade quando entende que o objeto da CI é a MEDIAÇÃO mais do que a informação. O autor defende que o profissional da informação trabalha com a informação registrada em suportes físicos, mas também, com oralidade, com ação cultural, e que a CI não pode se restringir à primeira.

Segundo Almeida Junior (2008), mediação da informação

é toda ação de interferência - realizada pelo profissional da informação -, direta ou indiretamente; consciente ou inconscientemente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JUNIOR, 2008, p. 46).

Ainda de acordo com o autor a mediação estaria em todas as ações do profissional da informação, de maneira explícita nas

atividades relacionadas diretamente ao público atendido, [...] e [...] de maneira não explicitada, na seleção, na escolha dos materiais que farão parte do acervo da biblioteca, em todo o trabalho de processamento técnico, nas atividades de desenvolvimento de coleções e, também, no serviço de referência e informação”. (ALMEIDA JUNIOR, 2008, p. 46).

A partir dessa breve discussão é possível visualizar que os estudos de recuperação da informação registrada estão intrínsecos na CI e ainda, que a CI é concebida como aquela ligada quase que exclusivamente a ciência a tecnologia, vinculada ao uso e emprego de tecnologia para o acesso à informação. O conhecimento ou saber popular que mesmo assim resistiu e ainda resiste até hoje, não foi considerado conhecimento, por isso, não precisou ser preservado nas bibliotecas e centros de informação.

Nesse sentido, como podemos pensar o desenvolvimento de coleções com narrativas orais da tradição?

6 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES ATRAVÉS DE NARRATIVAS ORAIS

No Brasil, uma discussão mais explícita sobre o tema desenvolvimento de coleções foi colocada a partir do livro de Vergueiro (1989) *Desenvolvimento de coleções*, resultante de sua tese de doutorado na ECA/USP. Considerando o desenvolvimento de coleções um trabalho de planejamento, seu processo vem sendo entendido como uma tomada de decisão a respeito de quais materiais serão incorporados ao acervo, considerando as necessidades dos usuários em que a biblioteca está inserida, e para desenvolvê-lo. Vergueiro (1989) e Figueiredo (1993) comumente destacam cinco atividades que devem estar interligadas entre si e ser desenvolvidas segundo os objetivos de cada unidade de informação:

- a) seleção; b) aquisição; c) avaliação; d) estudo de comunidade; e) desbaste.

Nesta caracterização, Vergueiro (1999) retoma o pensamento do bibliotecário norte-americano Edward Evans com seu modelo cíclico e processual de desenvolvimento de coleções. Sobre isso, Vergueiro (1993;1989) coloca:

O modelo do processo, elaborado por Evans, é, aliás, bastante elucidador [...], enfatiza o caráter cíclico do desenvolvimento de coleções, sem que uma etapa chegue a distinguir-se ou sobrepor-se às demais. Estão todas em pé de igualdade, girando, teoricamente, em torno de um pequeno círculo em que estão situados os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento de coleção. (VERGUEIRO, 1993, p. 5). [...] E como processo, é também, ininterrupto, sem que se possa indicar um começo ou um fim. Não é algo que começa hoje e tem prazo estipulado para seu término. Nem é tampouco.., um processo homogêneo, idêntico em toda e qualquer biblioteca. O tipo de biblioteca, os objetivos específicos que cada uma delas busca atingir, a comunidade específica a ser atendida, influem grandemente nas atividades do desenvolvimento de coleções [...] Desta forma, o modelo cobre o processo inteiramente, não se limitando a tratar o desenvolvimento de coleções como se fosse apenas as atividades de seleção de aquisição, erro muito comum em que incorrem bibliotecários desprevenidos (VERGUEIRO, 1989, p.15).

O interessante deste modelo é que a comunidade encontra-se numa posição norteadora de todo o processo, ou seja, influência todas suas etapas, à exceção da atividade aquisição, e por isso é um modelo processual e cíclico, posto que as necessidades da comunidade vão se transformando continuamente, mudando com isso todo o processo de desenvolvimento de coleções. Entretanto, se no plano teórico o modelo apresenta essa riqueza, na prática, como colocado pelo próprio Vergueiro (1989), é muito comum os bibliotecários conceberem o desenvolvimento de coleções apenas como as atividades de seleção e aquisição; fato que, além de desconsiderar a natureza cíclica e processual do

desenvolvimento de coleções, também retira a comunidade como elemento central e norteador do processo.

Além disso, ainda quando a atenção está voltada para estas duas atividades do processo, se pensa principalmente na seleção e aquisição da informação impressa, desconsiderando uma parte do patrimônio da comunidade cujo suporte encontra-se nos próprios sujeitos. Hoje, ainda, dentro da abordagem presente em boa parte da literatura da área, o desenvolvimento de coleções está preso ao material bibliográfico e pressupõe um acervo físico. Mas, se é a comunidade que rege o processo de desenvolvimento de coleções, de que forma poderia ser dada atenção também ao patrimônio que constitui a memória da comunidade e as narrativas orais que compõem este patrimônio?

No caso da BPBL, relatado na primeira parte deste trabalho, se constatou que o desenvolvimento de coleções ali desenvolvido estava longe de contribuir para a sistematização da diversidade do patrimônio cultural, memorial que compõe aquela comunidade, composta principalmente por população negra. Isso mostra a necessidade de se pensar outro desenvolvimento de coleções que possa integrar a diversidade e tipologias de memórias presentes na comunidade onde a biblioteca está inserida, colocando novamente no centro do debate a relação biblioteca/comunidade.

Uma questão que precisa ser abordada tanto na Biblioteconomia como na CI é quanto à possibilidade de integração das atividades convencionais do processo de desenvolvimento de coleções com a ação cultural, permitindo que a biblioteca pública estabeleça de fato uma relação viva com a comunidade em que está inserida, e estimule, incorpore e preserve no seu acervo as narrativas orais da tradição.

A ação cultural vem sendo apresentada como uma alternativa para uma nova forma de atuação das bibliotecas considerando o contexto sócio-cultural em que elas estão inseridas. O francês Victor Flusser (1983) apresentou esta alternativa, entendendo a ação cultural como aquela que transformaria as estruturas da biblioteca. Isso seria possível superando o poder do especialista e dando a palavra ao que ele denominou de não-público.

A ação cultural apontada por Flusser (1993) é “basicamente mediação e criação de acervo, inseridos em um contexto cultural bem definido” (FLUSSER, 1983, p.148). O acervo que o autor se referia à época, diz respeito, particularmente aqueles em suportes convencionais, desconsiderando, os suportes tradicionais da informação, isto é, os sujeitos e suas memórias. Ainda de acordo com este autor, a atuação do bibliotecário faz toda a

diferença no desenvolvimento da ação cultural, este necessita compreender os verdadeiros fins da ação cultural que irá desenvolver, uma vez que está exercendo uma prática política (FLUSSER, 1983, p.151).

Milanesi (1991), no livro *A Casa da Invenção* parece não chamar atenção explicitamente quanto à necessidade de posicionamento político do bibliotecário, entretanto, de forma semelhante ao autor anterior, pensa a ação cultural para a construção de uma nova biblioteca que, como o próprio título do livro diz, seja uma casa de “informação”, de promoção de “discussão” e de “criação”. Milanesi (1991) analisa então como isso pode acontecer, considerando a realidade cultural brasileira e conclui que nesse país em que grande parte da população possui baixo nível de leitura e de escrita, o que influi nos modos de se apropriar da informação e do conhecimento, precisa se voltar para outros meios além dos livros.

O Projeto Consciência Negra - PCN pôde ilustrar essa nova concepção de desenvolvimento de coleções. Foi preciso o desenvolvimento de uma ação como esta, que trabalhou com diversos registros memoriais, para abrir horizontes, apresentar desafios novos para a área do desenvolvimento de coleções e colocar a questão: como desenvolver coleções hoje se existem memórias que os profissionais da informação/bibliotecário desconhecem?

No Maranhão, por exemplo, ainda hoje, a tradição oral resiste como um importante meio de transmissão da informação e do conhecimento, sendo responsável pela preservação da memória coletiva do Estado, principalmente através das manifestações populares como o tambor de criola, o cacuriá, o bumba-meu-boi, a festa do divino, etc., e das práticas religiosas de matriz africana como candomblé, tambor de mina, umbanda, terêco, entre outras.

Essa memória é transmitida, em sua maioria, por pessoas mais velhas e pelos griots, que são o que podemos chamar de mestres da tradição oral, que transmitem o saber através da palavra falada. Muitas vezes são líderes comunitários, ou de grupos culturais e religiosos, envolvidos com a cultura popular, podem ser pais e mães de santo, artistas, educadores populares, benzedeiros ou benzedeadas, envolvidos com a medicina tradicional, etc.

Os griots detêm saberes, são depositários de histórias de vida da tradição oral e têm habilidades de se comunicar, de provocar reflexões sobre a realidade social, sempre referenciando a ancestralidade. Praticam a contação de história num ritual permeado de

valor simbólico que pode possibilitar que o indivíduo compreenda a complexidade da realidade social e também (re) construa sua identidade.

Por tudo isso é importante o desenvolvimento de ações culturais a partir da memória “negra” como forma de garantir a todos os brasileiros o direito de conhecer e serem representados positivamente nos acervos da biblioteca. Nesse sentido, é de fundamental importância o trabalho com a cultura negra na biblioteca como forma de possibilitar a difusão, inclusão e disseminação de narrativas relativas às memórias africanas e afrobrasileiras no acervo da biblioteca com ênfase nas produções dos afrobrasileiros. Isso pressupõe, conhecer os diversos acervos culturais do patrimônio afrobrasilense (vestimentas religiosas, esculturas, pinturas, audiovisuais, cantigas, a capoeira; emboladas dos repentistas, *rappers*, griots; contos míticos; danças, etc.) que compõe nossa herança cultural e que precisam ser trabalhados na biblioteca.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui relatada tentou mostrar que o tema da memória e da identidade negra está relacionado com a CI uma vez que esta área do conhecimento, enquanto campo interdisciplinar, pode se debruçar sobre a informação de todos os suportes e para os diversos tipos de sujeitos, atendendo suas demandas enquanto participantes ativos do processo de informação. Trabalhar para a (re) construção da identidade negra exige a mediação de informação e conhecimento, portanto perpassa o espaço da biblioteca. Esta, assim como outros espaços sociais, tem reproduzido o preconceito e a discriminação racial.

A narrativa oral traz mensagens, informações, outras memórias; tem uma função importante na luta contra o silenciamento da memória, no seu movimento; em mostrar que a memória é também individual e através dela as sociedades podem apropriar-se de informações. Apenas recentemente, ela foi abraçada pela CI por parte da professora Nanci Gonçalves da Nóbrega, do Programa de Pós-Graduação em CI/UFF, na disciplina ministrada Leitura e Informação, por entender que informações perpassam também os relatos orais.

A pesquisa considerou que a CI tem privilegiado a comunicação formal e informal da comunidade acadêmica, trabalhando, sobretudo para a criação do conhecimento vinculado ao processo de produção, no interesse da classe dominante. Sua prática, até hoje vinculada principalmente aos interesses científicos e tecnológicos da classe dominante, precisa avançar para um compromisso social, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e

material das camadas populares, ampliando suas ações para o registro, preservação e disseminação do saber de setores populares.

A CI precisa se sensibilizar com questões sociais como a questão étnico/racial, uma vez que ainda é grande o cenário de desigualdade racial, sendo participante de uma proposta coletiva de construção de igualdade e justiça social. Se os profissionais da informação/bibliotecários foram formados principalmente para atender cientistas e técnicos ao serviço dos interesses capitalistas, hoje, se faz necessário que eles se voltem para a mediação da informação para aqueles setores mais excluídos da nossa sociedade.

A pesquisa, ainda, observou que o profissional da informação precisa descobrir novos fazeres nos processos de comunicação na sociedade, nas diversas fontes e canais. Se anteriormente o desafio era recuperar informação registrada em algum suporte, hoje o desafio está em fazer circular a informação produzida por setores populares que tem como suporte a oralidade.

A ação cultural é um meio a través do qual podemos dinamizar a mediação da informação e do conhecimento. Se a ação cultural cria acervo, e é uma criação que permite recuperar o código cultural da comunidade, será de suma importância que a ação cultural seja a linha-mestra do trabalho com o desenvolvimento de coleções. Um desenvolvimento de coleções para a biblioteca pública, envolvido com a ação cultural, pode retomar a forma ancestral de se criar e se apropriar da informação e do conhecimento através das narrativas orais. Por isso a pesquisa corroborou o papel da memória para a informação e pretende continuar a desenvolver-se neste caminho.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo da História única**. Disponível em: <http://www.ted.com/talks/lang/por_pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html>. Acesso em: 2 dez. 2009.

ALGARVE, Valéria Aparecida. **Cultura negra na sala de aula: pode um cantinho de africanidades elevar a auto-estima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas?** São Carlos: UFSCAR, 2005. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~neab/documentosBV/DessVAA.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, Marta (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008.

BELKIN, Nicolas J. Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval. **Canadian Journal of Information Science**, n.5, p.133-143, 1980. Disponível em:

<<http://www.scils.rutgers.edu/~tefko/Courses/612/Articles/BelkinAnomolous.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2009.

_____. The cognitive viewpornt in informtion suence. **Journal of Information Science**. v. 16, n. 1, p. 11-15, 1990.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: _____. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORKO, H. information science: what is it? **American Documentation**, v.1, n.1, p.3-5, 1968.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BROOKES, Bertram C. The foundations of information science. **Journal of Information Science**, v. 2, p.125-133, 1980.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, 1991. p.351-360. Disponível em:
<<http://www.sims.berkley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 9 nov. 2003.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte, **Anais**. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2003.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **A biblioteca pública no fortalecimento da identidade negra**: um estudo na Biblioteca Infantojuvenil “Viriato Corrêa” no Maranhão. São Luis. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Maranhão, 2008.

_____. **A biblioteca pública na (re) construção da Identidade negra**. Niterói. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, 2011.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente**: identidade em construção. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993.

FLUSSER. Victor. A biblioteca como instrumento de ação cultural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16., 1991, Salvador. **Anais ...** Salvador: Associação profissional dos bibliotecários do Estado da Bahia, 1991.

FROHMANN, Bernd. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, **Proceedings**. Edmond, Alberta. Disponível em: <<http://instruct.uwo.ca/faculty/Frohmann>> Acesso em: 1 out. 2008.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: SECRETARIA de educação continuada, alfabetização e diversidade. **Educação anti-racista**: Caminhos abertos pela lei federal nº 10.639. Brasília: Ministério da Educação, 2005, p. 39-62. (Coleção para todos).

GUEDES, Hardy. **O negrinho do pastoreio**. São Paulo: HGF, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE COADIC. Yves-François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF. Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2005.

LIMA, Heloisa Pires. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: LOBATO, Monteiro. **Geografia de Dona Benta**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

MENESES, Ulpiano T. B. A história cativa da memória. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

MENOU, Michel. Cultura, Informação e Educação de Profissionais de Informação nos Países em Desenvolvimento. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, 1996.

MILANESI, Luis. **A casa da Invenção**: centros de culturas: um perfil. São Paulo: Siciliano, 1991.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

OTLET, Paul. Documentos e documentação. In: CONGRESSO DE DOCUMENTAÇÃO UNIVERSAL, 1937, Paris. *Discursos..*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. **Separata**. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/otlet>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989. Disponível em:< <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

PORTO, Cristina. **Xisto e Xepa**. Coleção assim ou assado? São Paulo: FTD, 1994.

PROPP, Vladimir I. **Morfologia do conto maravilhoso**. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1984.

ROCHA, Ruth. **O amigo do rei**. São Paulo: Ática, 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Literatura infantil e ideologia**. São Paulo: Global, 1985.

SARACEVIC, Tekfo. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA. Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 4. ed. Brasília, DF: MEC. Secretaria da Educação Fundamental, 2001.

SOUZA, Andréa Lisboa. A representação da personagem negra feminina na literatura infanto-juvenil brasileira. In: SECAD/MEC (Org.) **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/2003.

VERGUEIRO, Waldomiro C. S. Estabelecimento de políticas para o desenvolvimento de coleções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 15, n. 2, p. 193, 1987.

_____. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: ABP, 1989.

WERSIG, G; NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v.9, n.4, 1975.